

O USO DAS VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS COMO INSTRUMENTO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZADO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Pedro Márcio Medina Pessoa²⁰

PG/PROFELETRAS/UEMS

RESUMO: Este artigo consiste na apresentação de levantamento de dados por uma pesquisa, acerca da variação linguística, observando a relação teoria-prática, com os sujeitos do processo ensino-aprendizagem (alunos e professores), de diversas escolas públicas do município de Corumbá-MS, onde se investigou os professores da rede pública do Ensino Fundamental II, como as variações linguísticas são trabalhadas dentro do espaço escolar. Os resultados obtidos apontam que os professores apresentam dificuldades na aplicação das teorias à prática pedagógica propondo uma revisão de concepção e método de ensino, visto que a variação está relacionada a fatores estruturais e sociais devendo ter como finalidade uma nova perspectiva de ensino, o da pedagogia da variação linguística. Alinhado com a educação de língua portuguesa tradicional, o ensino de gramática e a norma-padrão.

Palavras-chave: Variação Linguística; práticas pedagógicas; proposta de Sequência Didática.

Introdução

Os estudos da variação linguística e o ensino de Língua Portuguesa são fontes inesgotáveis de pesquisas, visto que a língua algo dinâmico, e se atualiza de acordo com os tempos em que se fala determinada língua. Levando em consideração tais dinâmicas, construções e desconstruções da linguagem escrita sempre haverá o ‘erro’ a ser refletido com fins em sua ‘correção’ e que precisam ser estudadas de forma a redefinir como novos padrões de conduta no âmbito sócio-educacional. Durante o processo de investigação, observamos que o conhecimento de variedade linguística de maior prestígio (baseada na tradição gramatical normativa) constitui um processo que afeta profundamente todos aqueles que por ele passam surgindo assim a noção de ‘erro’ em forma de preconceito linguístico, que segundo Marcos Bagno, em seu livro *Preconceito linguístico*:

e é, como se faz, põe em evidência a importância de reconhecermos a diversidade linguística de nosso país para que, com isto, o ensino da língua portuguesa não se torne, por vezes, e como é chamado, um "ensino de língua estrangeira". Isto já se dá, pois, por muito tempo, as escolas têm prestigiado

²⁰ Orientador: Prof. Dr. Marlon Leal Rodrigues, NEAD/CEPAD/UEMS.

somente o ensino da língua padrão, desprestigiando e desconsiderando qualquer outro tipo de registro. Neste caso, o preconceito mostra-se forte e presente: assunto que merece ser debatido!” (MAGNO, 2008, p 11)

Para William Labov o novo modo de fazer linguística é estudar empiricamente as comunidades de fala. Os estudos empíricos possibilitaram o conhecimento e a sistematização de usos, permitindo propostas de ensino que visem à ampliação da competência linguística do aluno à medida que se ampliam os papéis sociais e as redes sociais.

Dessa forma pode-se considerar imprescindível que os professores em todos os níveis do processo de ensino-aprendizagem, tenham acesso aos conhecimentos linguísticos – bem como sociolinguísticos e psicolinguísticos – de maneira que seja permitindo a estes e que os mesmos possam se fundamentar criticamente e de forma eficaz sua prática pedagógica. Nesse sentido, este artigo propõe uma sequência didática voltado para o ensino das variações linguísticas, a luz do ensino da Língua Portuguesa em sua forma padrão. Com bases nas abordagens teóricas da Sociolinguísticas e das variações linguísticas. Possibilitando ao aluno, um aprendizado em que estes se atentem, para a diversidade e as mudanças que acontecem na língua e que ganha cada vez mais novas possibilidades de atuação e metodologias diversificadas, e que está ao alcance de todos os grupos sociais, sobretudo, ao que concernem às leituras, interpretações, análises e produções escritas, e as variedades textuais pertencentes aos diferentes gêneros textuais e discursivos. Segundo Silva (2008) a teoria da variação linguística capta exemplares, em situações reais de comunicação, da língua em uso num contexto social e dirige seu foco para os condicionamentos externos.

Desenvolvimento

Os PCNs (BRASIL, 1997; 1998), que trazem, com relação ao ensino de língua portuguesa, a questão da análise linguística integrada às demais práticas de leitura, produção/refação textuais; o ensino de língua portuguesa deve desenvolver a competência comunicativa levando em conta: uso de formas orais em situações diferentes das cotidianas; processos argumentativos e de raciocínio crítico; análise das interações verbais, produções discursivas, e atividades cognitivas e reflexão sobre a língua e seus usos.

Dentre os objetivos listados para o ensino de Língua Portuguesa, está o referente à variação linguística: ampliar o domínio ativo do discurso nas diversas situações sociais por meio de atividades que envolvam gêneros, léxico, juízos de valor (sócio-ideológicos), variação linguística, monitoração e contexto de produção (enunciador, interlocutor, finalidade, lugar e momento de produção). Na segunda parte dos parâmetros, refere-se aos dois últimos anos do Ensino Fundamental, aparecem os seguintes objetivos para o ensino:

- a) ler textos de diferentes repertórios linguísticos, oriundos de necessidade cotidiana;
- b) produzir textos considerando-se os papéis sociais e a variedade linguística (as escolhas lexicais devem ajustar-se à formalidade e ao propósito);
- c) nas atividades de análise linguística: analisar regularidades considerando-se as diferentes variedades; reconhecer valores sociais, preconceitos.

Nas atividades de análise linguística, destacam-se, ainda: a abordagem de restrições impostas pelos suportes e espaços de circulação; a análise do uso linguístico conforme: fatores geográficos (variedades regionais, urbanas, rurais), históricos (linguagem do passado e do presente) e sociológicos (gênero, classe); e a análise do sistema linguístico, por exemplo, em relação ao sistema fonético (diferentes pronúncias) e lexical (regionalismos, estrangeirismos, arcaísmos, neologismos, gíria). Nas atividades de análise linguística, destacam-se, ainda: a abordagem de restrições impostas pelos suportes e espaços de circulação; a análise do uso linguístico conforme: fatores geográficos (variedades regionais, urbanas, rurais), históricos, este documento é a base para o ensino-aprendizado e o uso da linguística e duas variações no contexto social dos sujeitos.

No Brasil, somente a partir dos anos 1980, as ciências linguísticas chegam à escola, a Sociolinguística atenta para a necessidade da abordagem da heterogeneidade linguística, sobre as diferenças, especialmente, porque a democratização trouxe à escola alunos de vivências diversas, diferentes sujeitos, diferentes contextos. Dessa forma a Sociolinguística contribui para a nova postura do professor, para a definição de conteúdos e metodologias. Isso não significa dizer que o ensino da gramática será desconsiderado; ao contrário, foi imprescindível uma reflexão sobre qual lugar deve ocupar a gramática em sala de aula, bem como a sua relevância

na então conjuntura da escola e esta, por sua vez, não pode ignorar as diferenças sociolinguísticas presente nessa conjuntura.

Dessa maneira os professores e alunos devem estar conscientes e se conscientizar de que existem duas ou mais maneiras de dizer a mesma coisa. Nesse sentido, o papel da escola deve ser de incentivar o emprego criativo e competente do uso da Língua Portuguesa, contribuindo, assim, para o desenvolvimento de um sentimento de segurança em relação ao uso da língua que está sendo ensinada aos sujeitos. Para Naro (2008):

O pressuposto básico do estudo da variação no uso da língua é o de que a heterogeneidade linguística, tal como a homogeneidade, não é aleatória, mas regulada, governada por um conjunto de regras. Em outras palavras, tal como existem condições ou regras categóricas que obrigam o falante a usar certas formas (a casa) e não outras (casa a), também existem condições ou regras mudáveis que funcionam para favorecer ou desfavorecer, variavelmente e com pesos específicos, o uso de uma ou outra das formas em cada contexto. (NARO, 2008, p. 15)

Segundo Bortoni-Ricardo (2004), postula que temos de considerar que o Brasil é um país monolíngue. Há que se entender, porém, que monolinguismo não significa homogeneidade. A mudança constante de papéis sociais permite maior fluidez entre variedades linguísticas de natureza social e estilística.

Assim, para compreendermos o sentido de se ensinar gramática na perspectiva das variações linguísticas, é preciso que se conceba a língua como um elemento que interfere na vida das pessoas, assim a gramática será entendida, não só, como garantia à eficiência na fala, leitura e escrita, mas como um elemento de grande relevância na efetivação e compreensão do ato comunicativo, até porque, internamente, o falante da língua, de forma inconsciente, já se utiliza dela para se comunicar.

Nesse sentido, este artigo trás uma reflexão sobre o ensino da Língua Portuguesa à luz das variações linguísticas e seus teóricos, de forma que se possa, de maneira eficaz, propor conteúdos gramaticais para a aquisição da capacidade de ler, compreender e escrever textos de forma competente.

Travaglia (1998) enfatiza que o objetivo fundamental do ensino de língua materna é, “prioritariamente”, desenvolver a competência comunicativa dos usuários da língua (falante,

escritor/ouvinte, leitor). Esse é o alvo. Acreditar que o objetivo principal do ensino de língua materna é desenvolver a competência comunicativa do aluno, isto é, “a capacidade de o falante empregar adequadamente a língua nas diversas situações de comunicação” (Travaglia, 1996) significa afirmar a necessidade de promover no espaço da sala de aula o encontro com a diversidade textual.

É preciso, segundo Fonseca e Fonseca (1977), realizar a abertura da aula à pluralidade de discursos. Geraldi (1997) concebe o texto como lugar de entrada para o diálogo do aluno com a infinidade de outros textos e confere ao aluno a qualidade de produtor contínuo de textos, participante ativo desse diálogo sem fim entre os textos e seus leitores. Esse contato com a diversidade textual e a pluralidade de discursos envolve duas capacidades fundamentais, entre elas a competência gramatical ou linguística, que é a capacidade que todo usuário da língua tem de formar sequências linguísticas gramaticais próprias e típicas da língua em questão.

Sendo assim, a competência gramatical ou linguística não é garantia para a constituição da competência comunicativa, pois não leva em consideração os papéis que os indivíduos desempenham no ato da comunicação, determinados por seu status social, pelo tipo de evento, pelo gênero (função social do texto) e pelo(s) interlocutor(es) a quem se dirigem. Faz-se necessário, uma outra capacidade: a competência textual. Segundo Cagliari (1997), “a leitura é a realização do objetivo da escrita. Quem escreve, escreve para ser lido”.

Para Bortoni-Ricardo (2005) aponta que a escola é norteada para ensinar a língua da cultura dominante e tudo o que se afasta dela é defeituoso e deve ser eliminado. Para a autora é por isto que a escola não pode ignorar as diferenças sociolinguísticas, e suas variáveis no contexto dos alunos em suas atuações sociais.

Partindo do pressuposto das chamadas Teoria da Variação e Mudança Linguística ou a Sociolinguística Quantitativa ou Laboviana, que tem como foco o estudo da viação ou a mudança da língua no contexto social da comunidade de fala. Assim A língua não é propriedade do indivíduo, mas da comunidade (é social). De acordo com Labov (2000), todos os sociolinguistas concordam que produções e interpretações de um falante não são os lugares primários da investigação linguística nem as unidades finais da análise, mas os componentes usados para construir modelos de nosso objeto primário de interesse, a comunidade de fala.

Na perspectiva laboviana, não há falantes com um estilo único, todos mostram variação fonológica e sintática, mas crianças e pessoas mais velhas demonstram uma média

menor de escolhas, pois têm participação social reduzida se comparadas a jovens e pessoas que estão no mercado de trabalho cujas redes sociais são amplas.

Diante do exposto, compreendemos que é necessário que se faça uma mediação adequada entre os conhecimentos gramaticais dentro de um texto, que não está isolado, e se encontra em determinada esfera de atividade humana, pertencente a algum gênero e está inserido em um contexto. Esse, por sua vez, insere-se num determinado momento sócio-histórico-cultural e, por conseguinte, as enunciações sofrem influência e adequações de todos esses fatores.

De acordo com a teoria da variação lingüística que centra-se na relação de conjunto língua e sociedade, considera que a variedade das formas em uso como objeto complexo, decorrente dos fatores internos, próprios do sistema linguístico e dos fatores sociais que interagem no ato da comunicação. Assim, variação da língua constitui um dado relevante da teoria e da descrição sociolinguística.

Para uma efetiva contribuição da Sociolinguística, Bortoni-Ricardo (2004) elenca: a incorporação ao repertório dos alunos de recursos para que empreguem estilos monitorados; a diferenciação de variantes estigmatizadas evitando-se, nos estilos monitorados, avaliação negativa; o desenvolvimento de estratégias de alternância entre o vernáculo e a língua de prestígio; a análise da variação no processo interacional e a conscientização quanto à variação e à desigualdade social (atitude crítica).

Para isto, no entanto, faz-se necessário ao professor uma formação teórico-metodológica adequada sobre o funcionamento da língua conhecimentos sobre variação linguística em produções orais e, principalmente, escritas, que envolvam os gêneros textuais, dos mais simples aos mais complexos, como, por exemplo, do bilhete ao artigo (este, em suas diversas variações), a fim de incorporar a análise linguística a suas aulas e possibilitar, ao aluno, a reflexão sobre usos da língua que vão além da gramática normativa.

Assim o papel da escola, segundo os parâmetros destacam: é o acesso aos saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania. Segundo Votre (2008), é preciso atribuir à escola o mérito de ser responsável por uma parcela relevante da tarefa socializadora do uso de uma língua nacional. A escola cabe a tarefa de fazer a mudança linguística, porém, ela não a faz sozinha, mesmo porquê, a língua é de uso social e se dá em uma comunidade de fala. Para o autor, a escola pode mediar entre a língua coloquial e a língua culta, com o auxílio dos

professores que façam adequadamente o uso da língua culta, exemplificando, explicando as diferenças linguísticas e mostrando a importância de se saber o padrão culto na sociedade em que vivemos.

Dessa maneira, podemos fomentar a discussão acerca do eixo USO - REFLEXÃO – USO, preconizado pelos PCNs (BRASIL, 1998,a,b,c), a partir do qual são pensadas as práticas pedagógicas e os diferentes conteúdos, inclusive o aprendizado a partir das variações linguísticas a serem trabalhados nas aulas de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental II.

O escritor Oswald de Andrade do movimento modernista no Brasil, cujas características deste período literário é a valorização do falar nacional, este autor propicia, em sua obra, o trabalho com as competências sociolinguísticas. Abaixo, observemos de que maneira explorar os conceitos de variável e variantes, no poema do autor: *Vício na fala*, da obra *Pau Brasil* (1926).

Vício na fala

Para dizerem milho dizem mio

Para melhor dizem mió

Para pior pió

Para telha dizem teia

Para telhado dizem teiado

E vão fazendo telhados.

(ANDRADE, 2003)

Neste poema identificamos, dois fenômenos variáveis no português: a vocalização da lateral palatal (ou iotismo) e a queda do –R final. “Milho” e “mio” – /miʎo/ correspondem foneticamente às variantes [„miʎo] ~ [„miʎo], assim como “pior” e pió” – /piˈoR/, correspondem às diferentes realizações do arquifonema R, inclusive a queda na posição final. Na obra, o autor levanta questões linguísticas relacionadas à norma culta, o que propicia discussão sobre valorização/desvalorização de variedades e construção de estereótipos linguísticos e sociais.

Feito a reflexão cabíveis acerca das variações linguísticas, depararmos com o processo de ensino aprendizagem na perspectiva de um ensino significativo, com vista ao uso eficaz da

língua e suas variantes, dentro de uma elaboração das Sequências Didáticas, que são procedimentos encadeados de passos ou etapas, abordando os gênero textuais que se pretende ensinar em cada etapa de ensino. São atividades ligadas entre si, planejadas para ensinar um conteúdo, passo a passo, organizadas de acordo com os objetivos que o professor quer alcançar para a aprendizagem dos seus alunos. Para Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004, p. 97), a sequência “é um conjunto de atividades escolares organizadas, de maneira sistemática, em torno de um gênero textual oral ou escrito”. Suas principais características são: o trabalho com gêneros de textos com a finalidade de ajudar o aluno a dominar melhor o gênero em questão, desenvolvendo sua capacidade de escrever ou falar de forma mais adequada, levando-o a práticas de linguagem novas. É imprescindível que se verifique que sequências didáticas são uma maneira de encadear e articular as diferentes atividades ao longo de uma unidade.

Nesse sentido, trabalhar com as variações linguísticas em sala de aula, apenas mostrando contextos regionais e sociais através de charges, textos bem conhecidos, Marcos Bagno, nos atenta, em seu livro “Nada na Língua é por acaso: por uma pedagogia da *variação*”, os livros didáticos de português muitas vezes só trabalham com as tiras de Chico Bento, para mostrar as variedades regionais, limitando os professores que não atentam para materiais “ricos” em diversidades da língua e que estão ao alcance dos próprios alunos, em seus contexto social. É necessário, que se pense a partir das sequências didáticas elaboradas nos planos de aula para uma reformulação que se coadune com o objetivo de formar cidadãos críticos, em sua rotina de sala de aula, desde as leituras e reflexões de textos do seu cotidiano, que se possa explorar desde a utilização do uso da gramática até a sua interpretação dos textos e de seu mundo.

Os PCNs (BRASIL, 1997; 1998), cuja base são os estudos de Geraldi (1984, 1993), também propõem o ensino de língua pautado na análise linguística:

Quando se pensa e se fala sobre a linguagem mesma, realiza-se uma atividade de natureza reflexiva, uma atividade de análise linguística. Essa reflexão é fundamental para a expansão da capacidade de produzir e interpretar textos. É uma entre as muitas ações que alguém considerado letrado é capaz de realizar com a língua. (BRASIL, 1997, p. 30)

Considerações Finais

Pode-se verificar que o ensino da língua portuguesa requer do professor uma postura ampla e consciente. É, certamente, através das práticas de leitura e escrita no ensino da língua que o conhecimento se desvela, que desenvolvemos a criatividade, a capacidade de invenção, ampliamos a consciência e o saber.

O ensino gramatical separado de todo este contexto apresentado até aqui desconstrói o objetivo maior do ensino da língua: o de formar leitores e produtores de textos competentes, capazes de (re)significar o mundo ao seu redor através do uso da língua.

Concluimos assim, que é de responsabilidade da escola, e conseqüentemente, do professor direcionar o ensino da língua materna de modo que ele se torne eficaz e, de fato, contribua para o pleno desenvolvimento das habilidades linguísticas dos sujeitos. Assim a elaboração de uma proposta de sequência didática precisa ter como objetivo o ensino da variação linguística visando aproximar as mudanças que ocorrem na língua portuguesa à realidade do ensino.

Finalmente, pode-se entender que a Sociolinguística Variacionista permite ao professor interferir de maneira positiva e eficaz nos reflexos ortográficos e morfossintáticos da oralidade dos seus alunos, uma vez que estes possuam também o conhecimento teórico-metodológico suficiente para atender as necessidades de seus alunos, e estes, por sua vez compreenderem a valorização da pluralidade sociocultural acerca da avaliação social das variantes que os cercam

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental**: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997a.

CAGLIARI, L. C. Alfabetização e linguística. 10. ed. São Paulo: Scipione, 1997.



Edição 25 – Fevereiro de 2020
Artigo recebido até 30/12/2019
Artigo aprovado até 22/01/2020

TRAVAGLIA, L. C. Ensino de gramática numa perspectiva textual interativa. In: AZAMBUJA, J. Q. (Org.). O ensino de língua portuguesa para o 2º grau. Minas Gerais: UFU, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Portuguesa.** Brasília, DF: MEC/SEF, 1998b.

LABOV, William. Where does the Linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera. In: **Sociolinguistic Working Papers**, 44,p-43-88, 1978.

NARO, Antony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Origens do português brasileiro.** São Paulo: Parábola, 2007.